



14.º Congresso Nacional dos Professores

Viseu, 13 | 14. maio. 2022

Sessão de Abertura

Mário Nogueira
Secretário-Geral da FENPROF

Ex.^{mos}|mas **Senhores|as**

Vice-Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia da República

Presidente da Assembleia Municipal de Viseu

Presidente da Câmara Municipal de Viseu e Senhor Vereador da Educação

Secretária-Geral da CGTP-IN e outros dirigentes presentes da nossa Central Sindical

Representantes de Partidos Políticos e/ou Grupos Parlamentares

Presidente do Conselho Português para a Paz e Cooperação

Presidente da Fundação Inatel

Coordenador da Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública

Representantes de outras federações sindicais, sindicatos nacionais e uniões de sindicatos

Representantes de parceiros educativos: pais, associações profissionais e científicas, associações representativas dos órgãos de poder local, outras associações com quem cooperamos

Representantes de organizações, entidades e empresas que estão aqui connosco e que são nossos parceiros de sempre

Queridos companheiros e companheiras

De organizações internacionais e de organizações sindicais de outros países, é um gosto muito grande rever-vos depois de tanto tempo em que um simples vírus nos afastou ainda mais: europeus, africanos, latino-americanos.

Colegas, Camaradas e Amigos

Ex-dirigentes da nossa grande Federação, que dela serão sempre parte integrante António Teodoro, Paulo Sucena, Mário David Soares, Rita Pestana, Manuel Menezes, Graça Pedrosa (sócia n.º 1 do meu Sindicato), referindo, apenas, aqueles que coordenaram órgãos da nossa Federação, mas sem esquecer nenhum dos convidados da FENPROF e dos seus Sindicatos que são muito bem-vindos a este Congresso, amigos e camaradas de sempre e para sempre.

Colegas, Camaradas e Amigos e Amigas

Delegados e Delegadas

A todos e todas entrego, em nome do Secretariado Nacional da FENPROF, que promove e organiza o 14.º Congresso Nacional dos Professores, um forte Abraço e uma fraterna saudação, agradecendo a vossa presença neste Congresso que se realiza 39 anos depois do Constituinte que, em vários de nós, ficará, para sempre, gravado na memória, ou esse não fosse um marco que jamais se apagará na história do movimento sindical em Portugal e do docente em particular. Um grande bem-haja aos que deram esse grande passo que foi sonhado quando Abril ainda não era dia, mas os professores, corajosamente, nos seus grupos de estudo, já procuravam romper becos aparentemente sem

saída para avançarem pelas avenidas da Liberdade que os levaria à grande Praça da Democracia. Chegaram ao som de Grândola Vila Morena e só isso permitiu que chegássemos aqui hoje, a Viseu, para transformarmos esta bela cidade, durante dois dias, na **capital nacional dos Professores e da Educação**.

Ainda em relação a este Congresso e às boas condições que nos serão proporcionadas, um agradecimento aos funcionários dos nossos Sindicatos e da FENPROF, que, com outros profissionais, foram impecáveis em toda a organização, e à COC, a Comissão Organizadora do Congresso, em particular à sua coordenadora, a Anabela Sotaia, a quem desculpamos o stresse que nos causou, pois compreendemos que tal resultou do estado de *burnout* em que quase entrou.

Quando já caminha para o seu quadragésimo ano de vida, a Federação Nacional dos Professores demonstra, mais uma vez, com este Congresso, com uma tão forte presença de delegados, dos quais mais de 75% eleitos entre os professores, e com a quantidade e diversidade de convidados que nos acompanham, que continua a ser uma organização sindical respeitada pela sociedade portuguesa, pelas suas congéneres estrangeiras e que, para além do extraordinário e reconhecido caminho que já percorreu, tem futuro pois, apesar de todas as dificuldades com que se debate e dos ataques que, tantas vezes, é alvo, a profissão de professor continua a ser uma profissão de futuro, com futuro e, principalmente, do futuro. Assim é porque a Educação nunca deixará de ser trave-mestra das sociedades democráticas, aquelas em que a luta é por um futuro melhor do que o presente e, por isso, mais justo, democrático e solidário. Nestas sociedades os professores nunca serão dispensáveis porque a escola estará a formar cidadãos e não autómatos para linhas de produção, robôs ou bots.

Se dúvidas houvesse, embora pelos piores motivos, provou-se que aquele maravilhoso mundo que se anunciava para o futuro, que dispensava muitas profissões e, claro, também os professores, pode, afinal, não ser a maravilha anunciada. A pandemia disse-nos que à distância ou presencialmente os professores são insubstituíveis e que a Escola Pública, ao contrário do que rankings e outras mentiras procuram fazer crer, apesar dos constrangimentos que lhes são impostos, está à altura das exigências, fazendo mais e melhor do que os privados de elite, pois não se limita a dar resposta a alguns, dando-a a todos. É, aliás, esse um dos desideratos da Escola Pública, essa enorme conquista da Revolução de Abril.

Uma Escola Pública que deve transmitir conhecimentos, mas que não pode limitar-se a esse papel. Encontramos, nos dias de hoje, gente, movimentos e partidos que apregoam a neutralidade da escola, opondo-se a tudo o que a desvie da mera função reprodutora. Mas já Bento de Jesus Caraça, de quem, em 2021, se assinalaram 120 anos sobre o seu nascimento, questionava a neutralidade da escola, sustentando que tal nunca existiu e que essa afirmação só servia aqueles que pretendem que ela continue “refletindo diretamente, na sua extensão e no seu conteúdo, a estruturação social do lugar a que se reporta”. Caraça instava: “Eduquemos e cultivemos a consciência humana, acordemo-la quando estiver adormecida, demos a cada um a consciência completa de todos os seus direitos e de todos os seus deveres, da sua dignidade, da sua liberdade [...] o reconhecimento a todos do direito ao completo e amplo desenvolvimento das suas capacidades intelectuais, artísticas e materiais”. Bento de Jesus Caraça, esse grande pedagogo, viveu o seu tempo de forma tão esclarecida e antecipadora do futuro que, claro está, o estado fascista não lhe perdoou.

Pedagogo esclarecido e progressista, daí incómodo e igualmente perseguido e preso pela ditadura militar do seu país, Paulo Freire, também ele recusava o que chamava de “educação bancária”, que colocava o professor como detentor do conhecimento e o aluno objeto em que este é depositado. Afirmava que “Seria uma atitude ingénua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceber as injustiças sociais de maneira crítica”. E acrescentava que “Não basta ler que a ‘Eva comeu a uva’. É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho”.

É essa a Escola Democrática que defendemos e que a extrema-direita de sempre, agora de roupa nova, mas feita de trapos velhos, combate, falando de escola sem ideologia e de liberdade de escolha como sendo essa a salvação dos pobres. Mentem. O que a todos serve é a Escola Pública de qualidade, para todos, inclusiva e capaz de continuar a dar passos como o dos manuais escolares, no sentido da completa gratuitidade.

A Escola Pública para, verdadeiramente, ser escola democrática não dispensa um forte contributo dos profissionais sobre todos os aspetos da sua vida. Não é, pois, por acaso que ao longo dos anos, mais vincadamente após o virar do século, os decisores políticos têm vindo a impor uma progressiva redução da participação de docentes e outros profissionais na vida das escolas, afastando-os dos níveis de decisão estratégica, tornando controlados e consultivos os órgãos pedagógicos, não abrindo mão de competências pedagógicas que o poder central deveria atribuir às escolas e esvaziando as destas que são transferidas para os municípios. As poucas competências que as escolas ainda mantêm são concentradas em órgão não colegial, não eleito pela comunidade escolar e que deixou de representar a escola junto da administração para ser o seu rosto junto daquela comunidade.

A estratégia de diminuir a participação dos professores passa, também, por desvalorizar os seus sindicatos,

por fechar janelas de diálogo e vias negociais e não é por acaso que, principalmente, após o virar de século, com o acentuar do neoliberalismo e as sucessivas tentativas de impor pensamento único em relação a quase tudo na vida de todos, passámos a assistir a uma crescente tentativa de afastamento dos sindicatos, por um lado acusando-os de corporativos, apenas interessados em direitos, salários e carreiras, mas, por outro, recusando dialogar quando as decisões são sobre outras matérias, com o argumento de não serem da sua competência. Inesquecíveis ficaram afirmações como “Não concebo uma sociedade sem sindicatos, não são é destes”, palavras de Lurdes Rodrigues ou, de Tiago Brandão Rodrigues, “Se os sindicatos optarem pelos nossos caminhos terão uma autoestrada pela frente, se não for essa a opção estarão a meter-se em becos sem saída”. A FENPROF não se transformou na organização que a primeira concebia, nem passou a ser utilizadora da via de que o segundo se considerava concessionário, cobrando as portagens. A FENPROF manteve-se sempre do lado que é suposto estar, o lado dos que representa, o lado dos professores, dos educadores e dos investigadores. Sem dúvidas, nem hesitações!

Camaradas,

O mandato que termina neste décimo quarto congresso foi, no mínimo, estranho. Entre junho de 2019 e maio de 2022 tivemos uma pandemia que ainda não terminou e várias guerras que não sabemos quando terminarão, uma delas, novamente, aqui bem perto de nós.

A pandemia trouxe exigências extraordinárias, para as quais ninguém, incluindo a escola, estava preparado. Foram tempos complicados, com confinamentos, ensino remoto de emergência, dificuldades acrescidas e desigualdades a dispararem. Tempos em que nos confrontámos com problemas inesperados, mas, na verdade, tempos que ficam marcados, sobretudo, pelo agravamento de problemas que há muito afetavam a Educação que resultam de políticas erradas e financiamento exíguo, para os quais a FENPROF vinha chamando a atenção e apresentando propostas, mas que nunca mereceram a atenção dos governos.

À pandemia responderam os professores extraordinariamente, o que lhes valeu um merecido e reforçado reconhecimento por parte dos pais e da sociedade em geral. Nesse período, a FENPROF esteve na primeira linha do apoio quando os professores regressaram à atividade presencial, da denúncia quando o governo ocultava o impacto da Covid nas escolas ou não garantia as necessárias condições de segurança sanitária, da exigência quando no ME diziam não fazer sentido os professores serem grupo prioritário de vacinação. Orgulhamo-nos de, nesse período, mesmo quando criticados por aqueles que o queriam aproveitar para nos confinar, não termos ficado fechados em casa, como bem demonstrou o vídeo inicial.

Agora a guerra, a guerra que se agrava, na Ucrânia. Uma guerra que, como tantas outras, se arrasta há anos perante a quase indiferença da comunidade internacional e que conheceu uma nova e ainda imprevisível escalada na sequência da condenável invasão levada a cabo pela Rússia. Uma guerra que nos agride com imagens duríssimas como a de Maxym Franko, menino de 6 anos morto quando fugia com os pais de carro, no bairro de Vynohradar; duríssima, como a do menino Amal Hussain, de 7 anos, que no Iémen morreu desnutrido, sendo apenas uma criança das que, a cada 10 minutos, ali morrem de desnutrição e doenças; a do menino Aylan Kurdi, de 3 anos, que correu mundo, morto no areal de uma praia do sul da Turquia, em Bodrum; a dos meninos de 11 anos decapitados por jihadistas em Cabo Delgado; a do menino palestino Mohammad Al-Allamy, de 12 anos, baleado no peito por o seu pai fazer inversão de marcha em Hebron, na Cisjordânia, para se dirigir a uma loja de brinquedos; ou as dos meninos e meninas saharauís que não conhecem mais do que as areias do deserto porque eles e as suas famílias não podem permanecer na sua terra, o Sahara Ocidental, onde são alvo de todo o tipo de violência.

Que raio de mundo é este que sobreviveu à colisão do asteróide que há 66 milhões de anos provocou a extinção de 75% das espécies animais existentes? Será porque foram eliminados os imponentes dinossauros e só sobraram algumas pequenas espécies aviárias? Será porque os que sobreviveram tiveram de se alimentar de detritos? Seja o que for que esteja na origem desta forma selvagem de desenvolvimento humano, é preciso travá-la e a Educação pode ser a chave também para essa mudança. É preciso que os professores ensinem aos meninos e meninas que o futuro no mundo pode ser outro, pode ser melhor e que a paz é fundamental para que venha mesmo a ser. No contexto de guerras que vivemos, a Educação para a Paz deverá estar presente no projeto educativo de todas as escolas e na planificação do trabalho de cada professor.

Camaradas,

Não irei fazer uma apreciação da situação que vivemos hoje na Educação, nem, tão-pouco, avançar com o que devemos propor ou como devemos lutar, pois essa é tarefa que cabe ao congresso debater e decidir, tanto na discussão do Programa de Ação, como da Resolução sobre a Ação Reivindicativa. Nessas discussões caberá o ensino público e o particular e cooperativo; caberá a educação e o ensino, mas também a investigação; haverá espaço para debater os problemas de quem está no ativo, precários ou não, mas também de quem já se aposentou. Aí discutiremos o que é específico da nossa profissão e da nossa área, mas também haverá espaço para falar do que é comum a toda a Administração Pública e da necessidade de lutar pelo aumento geral dos salários de todos os trabalhadores. Mas há dois apontamentos que, pela sua atualidade, não poderei deixar de abordar aqui.

O primeiro prende-se com a **falta de professores** que, cada vez mais, se sente nas escolas.

A falta de professores é um problema anunciado, desvalorizado e que resulta de anos de parco investimento na Educação e nos seus profissionais. Com medidas avulsas disfarça-se numa escola ou noutra, numa ou noutra região, mas será sempre à custa de dificuldades acrescidas nas restantes, pois a manta é curta.

Por vezes, os governantes, enganando-se a si próprios e querendo enganar os outros, afirmam tratar-se de um problema que se resolverá de acordo com a regra da procura e da oferta: hoje há falta, portanto, a partir de amanhã teremos uma fila imensa de candidatos. Também não resistem à tentação de atribuir a falta em certas regiões a um excesso de mobilidade do corpo docente e, à falta de melhor justificação, responsabilizam os professores. A mensagem mais forte que passam é de um alegado e relevante número de docentes prevaricadores que atestam fraudulentas situações de doença.

São fracas aquelas “justificações”. A primeira porque se os professores ficassem impedidos de se movimentarem, aproximando-se das suas famílias ou de locais em que são clinicamente acompanhados, a falta sentir-se-ia na mesma só que em outras regiões e, eventualmente, até cresceria o absentismo numa profissão que tem das mais baixas taxas na Administração Pública; a segunda porque qualquer baixa por doença é atestada por médico e não pelo próprio, havendo forma de a confirmar, através de junta médica, sempre que a dúvida se instale. Apontar suspeitos e ficar por aí só serve quem, à falta de argumentos, pretende sacudir a água do seu capote.

Para dar resposta ao problema, gravíssimo, que temos pela frente não há alternativa à indispensável valorização da profissão docente. Não é necessário rever globalmente a carreira, basta que a mesma seja cumprida sem sujeição a vagas impostas por decisão política, sem quotas que pervertem a avaliação do desempenho e sem eliminação de tempo que foi cumprido pelos professores; não é preciso criar um regime excepcional de vinculação, basta que se apliquem as normas gerais vigentes, deixando de se exigir aos professores que trabalhem dez a vinte anos para se livrarem da precariedade.

O governo tem de perceber que há condições que são necessárias para recuperar os que abandonaram a profissão, para atrair jovens para os cursos de formação inicial e, estimando os que permanecem ao serviço, cansados e, muitos, desiludidos, para garantir que estes não saiam antecipadamente. Ou seja, é preciso que os governantes, os decisores políticos em geral e o país compreendam que neste tempo em que a Educação terá de ser prioridade, também **é tempo de ser tempo dos professores**.

Ouve-se dizer que o problema se resolveria se fossem as escolas a recrutar os seus próprios professores; não é verdade, pois daí não resultaria um maior número de profissionais, resultariam, apenas, dependências que, sabemos, seriam do agrado das tutelas. Também há quem afirme que se os municípios tivessem essa competência, então sim, teríamos solução; não se compreende como. Talvez alguns resolvessem com incentivos que criassem para atrair profissionais, mas o seu problema seria resolvido à custa de outros, sem os mesmos recursos, crescendo o fosso das assimetrias. Nestes, mais pobres, as opções seriam recorrer a curiosos e gente de boa-vontade, encontrar forma de dispensar tantos quantos possível, oferecer à população escolar o que os fundos europeus financiassem, com o desvio prematuro dos jovens para as vias profissionais (vocacionais, mas com designação menos estigmatizada) e meias licenciaturas no ensino superior, que também garantiram a renomeação para CTESP.

O dinheiro não resolve tudo e por vezes ainda estraga mais quando se regam problemas com ele, disfarçando-os temporariamente, e não se atacando as causas. Só que, neste caso, a falta de investimento é mesmo um dos seus principais fatores, impedindo medidas de atratividade para a profissão e outras que, para serem tomadas, exigiam mais professores, como a redução do número máximo de alunos por turma, o cumprimento das normas de constituição de turmas que integram alunos com necessidades específicas ou o reforço dos apoios a todos os alunos, num quadro de efetiva educação inclusiva.

Investir na profissão docente é fundamental, valorizando-a e se tal não está a acontecer não foi, como puderam comprovar na viagem para Viseu, porque o dinheiro foi gasto nas obras do IP3. Aliás, muitos não o confirmaram porque evitaram esse traçado, optando por uma volta maior e entrando pela A25. Mas quem quiser ver por onde anda o seu tempo de serviço perderá tempo se regressar pelo IP3. Olhe, isso sim, para o buraco negro de nome Novo Banco. É aí que está enterrado, como confirma o facto de quase quatro anos depois da declaração de António Costa, IP3 e carreira docente só terem avançado 2 anos, 9 meses e 18 dias.

Portugal está longe de cumprir as recomendações internacionais de verbas para a Educação, que apontam para os 6% do PIB. Há anos que esse valor fica aquém de 4%, já contando com os fundos europeus. Enquanto assim for, pode disfarçar-se a falta de professores com desrespeito pelos limites de alunos nas turmas, a não redução nas situações previstas, impondo sobretrabalho aos professores, recorrendo a aposentados ou chamando quem não quis ser professor, mas, agora, à falta de melhor, resigna-se com isso. Mas, se assim for, não nos iludamos: o défice de formação e educação de que o Primeiro-Ministro um dia falou irá manter-se, talvez agravar-se, e só hipocritamente os governantes poderão afirmar que a Educação é prioridade. Alguns continuarão a afirmar, mas não passa de conversa para eleitor ouvir.

O segundo apontamento tem a ver com o **futuro relacionamento institucional** e, a esse propósito, porque também fui escuteiro como o atual ministro, atrevo-me a lembrá-lo do seguinte:

Quando tomam posse, os governantes comprometem-se, por sua honra, a cumprir as funções que lhes são confiadas, tal como os escuteiros, na sua promessa, se comprometem, por sua honra, a respeitar a lei por que se regem.

Não se espera dos governantes uma boa ação diária, nem sequer em média, mas, à partida, não se deverá duvidar do compromisso, como dos escutas não se duvida da promessa, mesmo quando o início de funções governativas sucede a exercício anterior. O que lá vai, pode admitir-se que lá vai e se foram menos puros os seus pensamentos, palavras ou ações, espera-se que os corrijam; quanto ao respeito pelo bem alheio, falando de Educação, deverá levar os governantes a devolverem o que foi retirado aos professores, como o tempo de serviço que estes cumpriram.

Na primeira reunião com os sindicatos, o ministro da Educação prometeu fazer do diálogo e da negociação normas de relacionamento, quebrando o clima de bloqueio que imperou nos últimos anos. Porém, à primeira oportunidade, sem negociar, decidiu alterar, discricionariamente, as regras da colocação de docentes através das reservas de recrutamento. Ora, se o dever do escuta começa em casa, o do governante deverá começar na área que tutela, respeitando quem habita a grande casa que dirige. Por esse motivo, espera-se que corrija erros anteriores e não os repita, pois até aos mais novatos se pede que respeitem a lei da alcateia e, convenhamos, João Costa já não é propriamente um lobito.

Para dias 16 e 18 foram marcadas reuniões sobre mobilidade por doença e sobre maior estabilidade nas escolas para os docentes contratados. Não temos ainda propostas do ME, mas temos as nossas. Vamos ver o que têm para apresentar e como agirão, sendo esta uma prova de fogo sobre a qual os professores estarão de olhos postos.

Camaradas e Amigos Delegados e Delegadas,

Vamos debater a situação que se vive, consolidar propostas, decidir formas de atuação, mas também iremos discutir e decidir o nosso futuro interno, a nossa direção. E esse deve merecer de todos nós um grande esforço de convergência, consenso e unidade. Um esforço coletivo. Um esforço solidário.

A FENPROF tem vindo a evoluir no discurso, nos temas que debate, na forma de comunicar e chegar aos professores e não se deixa prender em processos burocratizados de trabalho. Mas não se desprende de um modelo sindical que a tornou a maior e mais representativa organização sindical de docentes e investigadores em Portugal. Não nega, nem negará o sindicalismo de classe, por ser o que serve os interesses e melhor defende os direitos de quem trabalha. Envolve-se, de forma empenhada, no espaço solidário que é a CGTP onde, com outros trabalhadores, luta por um futuro melhor só possível com uma efetiva transformação da sociedade, e esta não se alcançará se cada um ficar pelas suas tamanquinhas, entretido a regar a sua horta, por viçosa que a consiga ter. É obrigação de todos e de todas. De homens e mulheres e de quantos não se reveem nessa classificação binária dos seres humanos. É responsabilidade, em particular, da classe trabalhadora que terá de pegar com as suas mãos essa tarefa, e essas mãos terá de saber ser o movimento sindical.

A FENPROF tem uma elevada responsabilidade neste domínio, responsabilidade acrescida neste tempo de maioria absoluta e de grande convergência entre governo, Assembleia e Presidência, de que alguns ligeiros e raros irritantes, sendo exceção, confirmam. A FENPROF somos todos nós, os professores, educadores e investigadores aqui representados pelos delegados a este 14.º Congresso; a FENPROF são os seus 7 sindicatos, uns com mais associados, outros com menos, o que decorre das regiões em que atuam, mas todos dignos de integrarem esta Federação que os considera, a todos, FENPROF, o que se deve refletir na sua representação; a FENPROF é esta diversidade que nós sintetizamos com a cor azul, um azul que, no entanto, se desdobra. Desdobra-se: no vermelho, branco e azul do **SPN**; no vermelho, branco e azul do **SPRC**; no vermelho e branco do **SPGL**; no azul e branco do **SPZS**; no grená e cinza do **SPM**; no azul e verde do **SPRA**; no azul e branco do **SPE**.

Esta é a FENPROF, diversa, mas convergente, sendo essa a força que nos tem mantido e, estou certo, manterá unidos!

Vivam os professores, educadores e investigadores!

Viva a Escola Pública e a Educação!

Viva a FENPROF!